COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 2.737, DE 2015

Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Autor: Deputado ALAN RICK

Relator: Deputado SARNEY FILHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.737, de 2015, visa alterar a Lei nº 12.512, de 2011, que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. A alteração visa incluir, no art. 3º, I, os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas e as Estações Ecológicas federais.

O autor justifica a proposição argumentando que o processo de desapropriação e indenização de proprietários e posseiros, exigível para Unidades de Conservação (UCs) como Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas, é complexo, demorado e conflituoso. Por outro lado, a Lei nº 12.512/2011 afirma que poderão ser beneficiárias, do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, as famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação nas Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. O objetivo da proposição é estender tais benefícios também às populações residentes em Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas, até que a situação fundiária da UC seja resolvida.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

A Lei nº 12.512/2011 institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – o Bolsa Verde –, o qual tem por fim incentivar a conservação dos ecossistemas, promover a melhoria das condições de vida da população em extrema pobreza no meio rural e incentivar a capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional. Segundo o art. 3º, são beneficiárias do Programa, as famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação em Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais; em projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento agroextrativista instituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; em territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; e em outras áreas rurais definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo.

A proposição em análise visa incluir, entre os beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, as famílias residentes em Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas federais, os quais são UCs de proteção integral, nos termos da Lei nº 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei do Snuc). As UCs de proteção integral são aquelas que visam, primordialmente, a preservação dos ecossistemas naturais, não admitindo a presença humana, a não ser em atividades de ecoturismo, educação e pesquisa. Tais UCs devem ser de domínio público, sendo obrigatória a desapropriação e a indenização de proprietários e posseiros.

Todos conhecem as dificuldades por que passam as UCs no Brasil, especialmente no que se refere à situação fundiária. Em 2013, o então Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Roberto Vizentin, afirmou que, dos 75 milhões de hectares que compunham as 312 UCs federais, em torno de dez milhões de hectares situavam-se em terras privadas cujos donos precisavam ser indenizados. Portanto, reconhecemos que a situação é complexa.

No entanto, pagar a Bolsa Verde para os moradores de UCs de proteção integral é ação totalmente contraditória, seja em relação à gestão dessas UCs, seja em relação aos objetivos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental. Nesse caso, não se trataria de pagar para quem “conserva”, mas sim de manter uma situação irregular. O pagamento da bolsa constituiria perpetuação de uma situação que precisa ser corrigida – e não a solução.

Para resolver os problemas das famílias residentes em UCs de proteção integral, o melhor encaminhamento é exigir que as indenizações sejam pagas e que tais famílias sejam reassentadas em locais adequados. A partir daí, elas poderiam fazer jus ao Bolsa Verde como apoio para melhoria de suas condições de vida, bem como receberem capacitação para desenvolver atividades que lhes permitam alcançar melhores níveis de renda e alcançar vida digna.

Portanto, em que pese a boa intenção do Deputado Alan Rick, consideramos que a solução proposta é inadequada, porque leva o Poder Público a dispendere recursos na perpetuação de situação irregular, ao invés de adotar as medidas impostas pela Lei.

Por esses motivos, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.737, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado SARNEY FILHO
Relator